



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS
AÉREAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE
SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª
REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2017/00313

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N. P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: ____-____, Tel./Fax.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2017/00313, em consequência do Pregão Eletrônico nº 071/2017, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/____, através do despacho nº TRF2-DESP/2017/_____, lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato visando *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas durante o exercício de 2018*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/9 e suas alterações posteriores e Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110 de 15 de março de 2017 mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas durante o exercício de 2018, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 071/2017 e seus Anexos I e II, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1 – DAS PASSAGENS AÉREAS:

Especificação Resumida	Quantidade Estimada Mensal
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais durante o exercício de 2018, conforme especificações.	35

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - Serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais;

2.2 – Assessoramento para a adequada definição de melhor tarifa, horários e frequência de vôos em âmbito nacional e internacional;

2.3 - Obtenção de tarifas e preços promocionais;

2.4 - Elaboração de roteiros, visando à obtenção de tarifas reduzidas, inclusive acréscimo de trechos com custos mínimos adicionais em relação ao roteiro inicialmente requisitado;

2.5 - Emissão de passagens aéreas de acordo com a empresa aérea de preferência do usuário, cobrando o valor correspondente aos preços efetivamente praticados pelas prestadoras de serviços de transporte aéreo;

2.6 - Marcação, reserva e emissão de passagens aéreas;

2.7 - Remarcação de passagens aéreas sem qualquer ônus para o Contratante, exceto aqueles amparados por lei, cobrados pelas empresas aéreas;

2.8 - Cancelamento, desdobramento e substituição de passagens aéreas, bem como o reembolso de bilhetes porventura cancelados, mediante glosa dos valores no próprio documento fiscal apresentado pela Contratada;

2.8.1 – Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pela companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

2.8.2 – Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela Contratada;

2.8.3 – Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado ser



reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

2.9 - Envio imediato dos bilhetes emitidos, através de *e-mail*;

2.10 - Prestação dos serviços em tempo integral, com funcionários à disposição do Contratante;

2.11 – Haverá repasse integral ao Contratante dos descontos e preços promocionais oferecidos pelas prestadoras de serviços de transporte aéreo;

2.12 – No caso de solicitações emergenciais, a Contratada deverá informar por telefone o número do bilhete para que o passageiro possa retirar a passagem no balcão do aeroporto;

2.13 – No caso da Contratada não possuir escritório na cidade do Rio de Janeiro, ficará obrigada a disponibilizar para o Contratante uma linha de chamada gratuita para os contatos telefônicos que se fizerem necessários.

2.14 - O valor dos bilhetes não utilizados deverá ser reembolsado pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da solicitação de reembolso pelo Contratante, na hipótese do valor não ter sido glosado na fatura correspondente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

3.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

3.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

3.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

3.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, designado na forma estabelecida no item 3.5 deste Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada adequação do objeto aos termos do Contrato.

3.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

3.4 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.



3.5 - Após a assinatura do Contrato, será designado servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - DO PREÇO:

4.1.1 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS			
ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO PRESTADO (R\$)	PREÇO MENSAL (R\$)
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais durante o exercício de 2018, conforme especificações.			

4.1.2 - O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

4.1.3 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

4.1.4 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço contratado;

4.1.5 - Os preços das passagens aéreas serão de acordo com a tabela de preços em vigor, fornecida pelo Departamento de Aviação Civil – DAC;

4.1.6 - O Contratante reserva-se o direito de solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data de emissão das passagens;

4.1.7 – O valor ofertado deverá ser único para os serviços de agenciamento de viagens independentemente de tratar-se de passagem aérea nacional ou internacional

4.2 - DO REAJUSTE:

4.2.1 - O aumento dos preços das passagens aéreas ocorrerá sempre que o valor da tarifas praticadas pelas concessionárias de transporte aéreo sofrerem reajustes, de acordo com os critérios fixados pelo Departamento de Aviação Civil – DAC;

4.2.2 - Os valores das passagens aéreas deverão obedecer às tabelas oficiais autorizadas às empresas concessionárias de transporte aéreo pelo DAC;

4.2.3 - A Contratada remeterá ao Contratante, quando solicitado, as tabelas de valores vigentes das tarifas praticadas pelas concessionárias de transporte aéreo;

4.2.4 - O valor do agenciamento será fixo e irremovível.



4.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.3.1 - O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 10 (*dez*) dias corridos após cada decêndio, para as passagens internacionais e em até 20 (*vinete*) dias corridos, após cada decêndio, para as passagens nacionais, contados a partir da data da entrega da apresentação do documento fiscal discriminativo dos serviços prestados no decênio.

4.3.1.1 – A Contratada deverá remeter ao Contratante, quando solicitadas, as tabelas atualizadas das tarifas aéreas, sempre que ocorrerem alterações nos preços, inclusive aquelas decorrentes de promoções;

4.3.1.2 - Para fins do disposto no subitem 4.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da Ordem Bancária;

4.3.1.3 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

4.3.1.4 - A remuneração a ser paga à agência de viagens será igual ao valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens, multiplicado pela quantidade de passagens emitidas no período faturado;

4.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos (SCON) do Contratante, localizada na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 e também deverá ser enviado concomitantemente aos e-mails sepadi@trf2.jus.br e codcom@trf2.jus.br.

4.3.2.1 - O documento fiscal deverá ser entregue separado por grupo orçamentário, ou seja, Grupo 1 – Julgamento de Causas; Grupo 2 – Capacitação de Servidores; Grupo 3 – Capacitação dos Magistrados ou Grupo 4 - PJE, conforme informado no pedido.

4.3.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

4.3.4 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria de Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540, de 05/01/2015;

4.3.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão.



contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

4.3.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.3.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.3.7 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

4.3.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 4.3.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5 – CLÁUSULA QUINTA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS

5.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento;

5.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos;

5.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo:

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor prestado na solicitação de serviço
2	1,0% sobre o valor prestado na solicitação de serviço
3	1,5% sobre o valor prestado na solicitação de serviço
4	2,0% sobre o valor prestado na solicitação de serviço
5	3,5% sobre o valor prestado na solicitação de serviço

Tabela 02		
Item	Descrição	Grau



Tabela 02		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de realizar seus serviços no prazo contratual, sem explicar os motivos	4
2	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas num prazo de 24 horas a contar do envio da mensagem	1
3	Executar serviço incompleto, ou de forma irregular, segundo as normas vigentes	5
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados	5
5	Fornecer informação falsa de serviço	4

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programas de Trabalho	Elementos de Despesa	PTRs	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.33.01(Passagens nacionais); 3.3.90.33.02 (Passagens Internacionais)	107.765 – Julgamento de Causas	
		107.766 – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico	
		085.387 – Capacitação de Recursos	
		085.390 – Formação e aperfeiçoamento de Magistrados	

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 7.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 7.1.2 – fraudar a execução do Contrato;
- 7.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 7.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 7.1.5 – fizer declaração falsa;
- 7.1.6 – não assinar o Contrato no prazo estabelecido;
- 7.1.7 – não manter a proposta.



7.2. – Para os fins do item 7.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

7.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos subitens “7.4”, “7.5”, “7.6” e nas tabelas 01 e 02 da Cláusula Quinta, com as seguintes penalidades:

7.3.1 – advertência;

7.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;

7.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

7.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

7.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do Contrato.

7.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do contrato.

7.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

7.6.1 – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço; ou

7.6.2 – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrat por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

7.7 – No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens “8.6.1” e “8.6.2 acima, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% deste Contrato.

7.8 – Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no Contrato, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estar sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais 1 (*um*) iter obrigatório concomitantemente. (Item que pode sair ou não, depende do Contrato)

7.9 – O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.



7.9.1 – Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial.

7.9.2 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

8.2 – A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

8.3 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal Contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

8.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

8.5 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

8.5.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo II do presente Edital, qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova d



recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

9.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 071/2017, e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de __/__/__ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada às fls. __/__ do Processo.

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras “a” e “b”, prevalecerá o disposto no documento indicado na letra “a”.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.



12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até 31/12/2018, inclusive.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

15.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

15.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites a estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes, conform disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98

15.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato

15.5 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.



16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.017.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

